



“ESQUECIMENTOS NÃO SÃO ALEATÓRIOS OU
INOCENTES, SÃO ESCOLHAS”: UMA ENTREVISTA
COM CAROLINA DANTAS

AN INTERVIEW WITH CAROLINA DANTAS

Entrevista conduzida por
Jonathan Ribeiro Farias de MOURA¹

¹ Professor-pesquisador de Língua Portuguesa da Escola de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz. Possui Doutorado (2018) e Mestrado (2015) pelo Programa de Pós Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro.





Carolina Dantas é formada em História pela Universidade Federal Fluminense (2000), possui Doutorado e Pós-Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em História pela mesma instituição. Atualmente, é professora e pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), atuando na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), na Educação Básica e no desenvolvimento do projeto de pesquisa “Monteiro Lopes e o meio negro carioca na Primeira República: trajetórias, redes e agências”. Também é professora do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória/UFF). Publicou livros e artigos sobre a produção da ideologia da mestiçagem, sobre a história do racismo e sobre personagens históricos negros e suas relações com a política e com a cultura no Brasil.

1) No ano de 2020, o Movimento Black LivesMatter nos EUA e a derrubada da estátua do traficante de escravos, Edward Colston, na Inglaterra, recolocaram em pauta várias questões relativas ao racismo, à violência racial, à memória da escravização e às políticas de reparação. Como esse debate tem se dado no Brasil no campo da História?

Os debates ligados ao racismo, à violência policial sobre como a nossa sociedade está estruturada em todos os aspectos a partir dele – que se amplificaram a partir do assassinato de George Floyd – estão nas lutas e nas pautas dos movimentos negros no Brasil há muito tempo. Já movimentos organizados em torno da derrubada de estátuas de traficantes de escravos, escravocratas ou de colonialistas/colonizadores ainda não apareceram por aqui, como tem ocorrido na África do Sul, na Europa e nos Estados Unidos,





desde, pelo menos, 2015. O que se tem notícia até o momento é que picharam a frase “bandeirantes assassinos” e jogaram tinta vermelha no Monumento aos Bandeirantes, em São Paulo, em 2013, o que bastou para motivar uma maior proteção policial no local. Mas esse debate sobre como o espaço público e a História pública são produzidos é fundamental em muitos sentidos e nos trazem problemáticas essenciais tanto para a pesquisa, quanto para o ensino de História. Que histórias a seleção de homenageados em estátuas e monumentos no Brasil nos conta? Em que medida, estão comprometidos com a perpetuação do racismo e das desigualdades? O que significa, por exemplo, haver em Salvador, a capital mais negra do Brasil, uma estátua de um dos maiores traficantes de africanos do país, carinhosamente abraçado a duas crianças brancas, numa praça em frente a uma maternidade? O que se escolhe homenagear dessa forma? O que se escolhe silenciar? Contudo, cada vez mais, dentro do campo da História, sobretudo a partir de 2003, com a Lei 10.639, esses debates têm estado presentes, especialmente, nos estudos sobre escravidão, sobre memórias da escravidão, sobre o Pós-abolição, num promissor diálogo com o Ensino de História, com a História Pública e com os “temas sensíveis”. Temos historiadores mais presentes nas redes sociais, nos jornais fazendo esses debates e produzindo pesquisas nas Universidades. Ainda há uma distância grande entre o que se faz na academia e a sala de aula, mas iniciativas como o Mestrado Profissional em História, disponibilização de publicações gratuitas têm contribuído para diminuir essa distância e para encorajar professores a buscarem na sua sala de aula e junto com seus alunos respostas para perguntas como: “Onde estão os negros? Onde está a História? Onde estão os negros na História?”, citando aqui o documentário “Zumbi somos nós”, da Frente 23 de Fevereiro, de São





Paulo. E assim problematizarem e ampliarem os tradicionais (e brancos) marcos da nossa História, que produziram silenciamentos, distorções e estereótipos inferiorizantes sobre a população negra. Não é mera coincidência, portanto, que esses debates tenham ganhado tanta força no Brasil em 2020. Não é mera coincidência que um dos subcampos mais promissores e mais produtivos da História hoje é do Pós-abolição, que tem avançado muito no conhecimento e da publicização de processos e sujeitos históricos, dores e lutas protagonizados por pessoas negras.

2) As lutas ou questões trazidas pelos Movimentos Negros têm tido alguma ressonância nas pesquisas e nos debates travados no campo da História? Ou mesmo na produção de outras histórias que tragam o protagonismo da população negra na História do Brasil?

Bem, o Movimento Negro é diverso e composto por vários grupos. O que eu posso dizer, de modo bem geral, é que no que toca os estudos mais específicos sobre a memória da escravidão e o pós-abolição, creio que sim, que há essa ressonância, embora também dissensos. Mas, nessas áreas, o diálogo dos historiadores com as lutas dos movimentos negros tem sido mais intenso. Vem sendo, trazido, inclusive, por estudantes negros nas graduações e pós-graduações em História - que também vêm construindo espaços para a ampliação desses debates e dos próprios temas de pesquisa. Em outros subcampos, como a História do trabalho ou a História Política do Brasil os temas e questões relacionados à raça e ao racismo ainda têm menos ressonância. Os projetos de pesquisa e intervenção coletivos como “Jongos, calangos e folias: música negra, memória e poesia” e “Passados Presentes:





memórias da escravidão no Brasil” - encabeçados por historiadoras como Martha Abreu e Hebe Mattos - são exemplos interessantes desses diálogos entre historiadores das universidades, comunidades quilombolas e ensino de História. Além disso, há uma produção historiográfica já consolidada que conta uma outra História do Brasil, incorporando a noção do protagonismo negro, as mais variadas experiências de liberdade, as formas por meio das quais o racismo tem operado ao longo do tempo, o papel das elites brancas na reprodução do racismo e etc. Algumas dessas publicações estão disponíveis online e gratuitamente no site da Editora da UFF, como as coleções “Histórias do Pós-abolição no mundo atlântico” e “Personagens de Pós-abolição” - que fornecem um panorama da riqueza dessa nova produção historiográfica. Nesse mesmo sentido, também posso citar as atividades e publicações promovidas pelo GT Nacional Emancipações e Pós-abolição da Anpuh (Associação Nacional de História), que tem site e perfis nas redes sociais; e o blog “Conversas de Historiadoras”. Mas, evidentemente, rever e reescrever esse passado implica lidar com conflitos e com dores derivadas, por exemplo, do fato do nosso passado ser marcado profundamente pela dominância de uma elite branca que enriqueceu com o tráfico, com a escravização e com o contrabando de africanos para o Brasil durante o Império. Assim, as questões que os Movimentos Negros têm trazido são essenciais para o debate, tanto sobre a produção do espaço público e da História Pública no Brasil, quanto para o Ensino de História, e também o de literatura, de Artes, da Língua Portuguesa e etc. Além do que, esse repensar dentro do campo da História também nos confronta com a própria continuidade do racismo no presente, seja por meio da violência policial ou ainda da diminuta presença de negras e negros nas pós-graduações desse país, por exemplo. E num país em que a





ideia de que somos uma democracia racial e a própria negação do racismo ainda estão vivos e circulantes, certamente esse debate não é fundamental e necessário, mas não é fácil nem simples de ser feito.

3) E quanto à presença e à atuação da população negra do Brasil na História? Mais especificamente nos movimentos de resistência à escravização e naqueles de luta contra o racismo após a abolição, tanto no que diz respeito aos movimentos coletivos quanto à atuação de indivíduos, eles foram mais comuns nos EUA do que no Brasil? É mais comum vermos, citados nas redes sociais, por exemplo, Panteras Negras, Martin Luther King e Angela Davis, como referências dessa luta do que nomes e movimentos nacionais. Isso se deve a um silêncio histórico ou historiográfico? Ou seja, tais movimentos e indivíduos não existiram no Brasil? Ou existiram em menor proporção do que nos EUA e o que falta é pesquisar e divulgar mais tais histórias em nosso país?

Em termos de quantificação exata, não tenho como dizer se nos EUA houve mais movimentos de resistência do que aqui no Brasil, ou vice-versa. Nem creio que essa seja a questão principal. As historiografias produzidas nos Estados Unidos e no Brasil têm demonstrado que onde houve escravidão, houve resistência; e onde houve/há racismo, houve/há luta. Agora o racismo foi produzido e reproduzido lá e aqui ao longo do tempo de várias formas diferentes, de acordo com contextos, situações, classe, gênero, origem, status e etc. O Movimento de Luta pelos Direitos Civis nos EUA, até pelo contexto, pela época e pelo lugar em que ocorreu, se tornou





um movimento com repercussões mundiais, o que não ocorreu no Brasil. O que não quer dizer que lá eles lutem mais e melhor do que aqui. Não se trata disso. Angela Davis, numa visita que fez ao Brasil, em 2019, disse: “Por que vocês precisam buscar uma referência nos Estados Unidos? Eu aprendo mais com Lélia Gonzalez do que vocês comigo”. Então, acho que as perguntas que a gente precisa fazer são outras. Por que José de Alencar, o pai do romantismo brasileiro e um ferrenho defensor da continuidade da escravização, têm lugar garantido nos livros didáticos e nas salas de aula, e Carolina de Jesus não? Embora um pouco mais conhecida hoje, ela permanece meio sem lugar. Geralmente, quando entra nos currículos é como “literatura negra” ou “literatura marginal” e não dentro do cânone da “literatura brasileira”. Ou ainda como evidência da marginalização dos negros. Por que desconhecemos Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento? Por que poucas pessoas conhecem o advogado e deputado negro Monteiro Lopes? Por que sabemos mais comumente quem é Oswaldo Cruz e não conhecemos Juliano Moreira? Esquecimentos não são aleatórios ou inocentes, são escolhas. Embora a historiografia venha cada vez mais mostrando a presença (enorme e diversa, como não poderia deixar de ser) da população negra nos mais variados setores da nossa sociedade ao longo do tempo, ainda é comum que os negros apareçam no Ensino de História como escravos e que sumam da História ensinada após a abolição. Até os anos 2000, diante da reprodução sistemática do racismo após 1888, a historiografia produziu predominantemente análises que enfatizavam a experiência da marginalidade e da pobreza entre a população negra. Com o adensamento, a partir daí, de estudos sobre trajetórias, ativismos, associativismos; mundo do trabalho e movimento operário; clubes dançantes e recreativos, música e indústria





cultural; religiosidades, carnaval, imprensa, mulheres negras; construções e reconstruções identitárias; inserção na política institucionalizada; racismo e suas formas de reprodução e atualização; agências e estratégias contra discriminação racial; escolas e acesso à educação nas mais variadas regiões do Brasil, a compreensão da experiência histórica da população negra no Brasil foi sendo alargada. Então, o que ainda há é um silêncio historiográfico e não histórico propriamente. E há o racismo, que violentamente, e por mecanismos muito eficientes, nega humanidade e a própria história às pessoas negras. Acho que já avançamos em alguns aspectos, mas muitas histórias ainda precisam ser contadas ou recontadas

4) Que obstáculos os professores da Educação Básica encontram ao tratar de temas e questões relacionados ao racismo, aos “passados sensíveis” relacionados a ele, aos silenciamentos históricos e às possibilidades de sua reparação na Educação Básica e no Ensino de História especificamente?

Creio que em termos de obstáculos, primeiro seja a formação dos professores da Educação Básica e todos os problemas relativos às condições concretas das escolas no Brasil, especialmente as públicas. E isso tudo depende de políticas públicas bem executadas para avançarmos. Certamente, esses dois aspectos impõem obstáculos à implementação efetiva da Lei 10.639/2003. Outro aspecto importante é a virada conservadora que marca o nosso presente, que amplifica a ideia equivocada de que no Brasil não existe racismo, ou que aqui o racismo é mais brando, em comparação aos Estados Unidos, como já declarou nosso vice-presidente,





Hamilton Mourão. Os temas e questões relacionados ao protagonismo negro na história e ao racismo são “temas sensíveis”, uma vez que a ideia da democracia racial ainda é forte entre nós. Portanto, tratar do racismo, da violência racial, da reparação histórica, da própria branquitude, exige docentes bem formados e informados, atualizados com os debates mais recentes e com condições de acesso à bibliografia e aos materiais didáticos, além de serem capazes de ter e oferecer para estudantes, um ambiente minimamente seguro e acolhedor para tais aprendizagens.

5) Pensando na produção historiográfica e acadêmica mais recente, quais avanços você identifica no sentido de contar a história do Brasil, as questões relativas ao racismo e ao protagonismo negro na História? Como essa produção pode ser incorporada pelos professores em sala de aula?

As pesquisas produzidas no campo do Pós-abolição têm comprovado que o silêncio sobre a população negra após 1888 é, evidentemente, historiográfico e não histórico. Um dos pilares que sustentavam esse silêncio era a noção de anomia social, que segundo Florestan Fernandes, teria se abatido sobre a população negra como uma herança da escravidão no tempo da liberdade. Embora denunciasse a violência da escravidão e rechaçasse a democracia racial, para Fernandes – autor de um dos primeiros trabalhos acadêmicos sobre os negros no Pós-abolição nas décadas de 1950 e 1960 – o sistema escravista teria reduzido os escravos à condição de coisa, deformando-os e desajustando-os moralmente, culturalmente de tal forma que teria retirado deles as suas potencialidades





e a capacidade de pensar e de viver autonomamente. Segundo ele, esse estado de anomia social teria feito com que a população negra ficasse inapta para corresponder e se adaptar à vida em liberdade e à cidadania moderna em um mundo capitalista. Irracionais, inertes, apáticos, anômicos, teriam ficado incapazes de forjar seus próprios projetos de vida e de fazer suas próprias escolhas como pessoas livres. A historiografia recente tem demonstrado que, ao contrário, negras e negros enfrentaram os desafios de um contexto desfavorável, fizeram escolhas e forjaram maneiras heterogêneas de pensar, sentir, ser e agir de acordo com o campo de possibilidades de cada tempo e local, construindo espaços de liberdade e autonomia, redes de solidariedade, possibilidades de mobilidade e de reconhecimento, linguagens e culturas políticas, formas de manifestação e de expressão, estratégias acomodação, negociação, mobilização e resistência, projetos de poder e de cidadania. Contudo, como qualquer campo novo de investigação, o do Pós-abolição tem muitos desafios à frente. Os de maior amplitude envolvem certamente a construção de interfaces entre pesquisa e ensino: buscar situar as histórias dos afro-brasileiros de cada região e de cada cidade do país articulados à História do Brasil e da Diáspora. Ou, de modo até mais amplo, como a própria História do Brasil - e não como a História dos Negros, conferindo à população negra um lugar encapsulado na História. Outro desafio é incorporar processos e personagens históricos nos materiais didáticos e aulas de História. As biografias de personagens históricos negros já publicadas podem ser usadas em sala de aula, por exemplo, para problematizar inúmeros aspectos, inclusive os tradicionais marcos da história política brasileira, quase exclusivamente brancos.





6) *Um ponto forte dessa nova produção historiográfica brasileira sobre o Pós-abolição são as biografias de personagens negros. Em que medidas tais estudos podem ser incorporados ao ensino e contribuir para o debate sobre as questões étnico-raciais?*

Os estudos de indivíduos tomam como foco um aspecto muito forte e apreciado hoje em dia: as subjetividades. E para o Ensino de História são muito interessantes, além do que eu já disse antes, para promover a humanização da população negra na História, seja através de suas lutas, das suas contradições ou de suas dores. As trajetórias de personagens históricos negros fazem vislumbrar a diversidade das formas de ser negro e de lidar com o racismo ao longo do tempo. Aprender em sala de aula sobre as estratégias utilizadas pela população negra para se mobilizar, ocupar um espaço político formal, dar visibilidade às suas expectativas, lutar pelo reconhecimento e pela legitimidade de sua presença pública são possibilidades que essas biografias trazem. E, por isso, podem levar estudantes a ampliar não só o conhecimento sobre as expectativas de direitos e projetos políticos da população negra, mas também aprofundar a análise dos significados do que era “fazer política” naquele momento para brancos e para negros, identificando consensos, dissensos, negociações, alianças, tensões e rupturas e as formas por meio das quais o racismo operava em cada contexto.

7) *Personagens como Monteiro Lopes (o primeiro deputado negro do Brasil), sobre o qual você pesquisa, são praticamente desconhecidos do grande público, não estão presentes nos livros didáticos de história e muito pouco nas salas de aula, sobretudo, se consideramos*





que o Brasil é um país no qual a maior parte da população é negra. Em que medida as conclusões da sua pesquisa sobre ele podem contribuir para revisões historiográficas e do passado ensinado?

Mesmo com os recentes progressos das pesquisas sobre o protagonismo da população negra no Pós-Abolição, a invisibilidade de suas experiências e a persistência de estereótipos ainda são facilmente encontradas no ensino e nos espaços públicos. O esquecimento de personagens como Monteiro Lopes, apesar da significativa fama em seu tempo, é um exemplo dessa invisibilidade. A Lei Áurea, que acabou com a escravidão no Brasil em 1888, não estabeleceu nenhum tipo de política inclusiva para os ex-escravizados e seus descendentes. A República, proclamada um ano depois, concretizou projetos sociopolíticos excludentes e a ideia de raça como critério de hierarquização e justificativa para a desigualdade, supostamente natural entre os homens, ganhou mais força. De lá para cá, mulheres e homens negros foram alvos de práticas discriminatórias cotidianas. Mesmo que o racismo não tenha, no Brasil, sido estabelecido em lei, ocorrendo frequentemente de modo não explícito - como nas entrelinhas dos discursos de intelectuais e políticos sobre mestiçagem e tolerância racial - a população negra brasileira sofreu com impedimentos para frequentar ou ocupar plenamente espaços públicos e privados, incluindo as escolas. Sofreu intimidação e violência policial e foi sistematicamente impedida de exercer seus direitos estando exposta a formas de tratamento desiguais. Mas não ficou apática, nem esteve fora das lutas sociais e políticas. Monteiro Lopes, por exemplo, mesmo sendo advogado e deputado, foi constantemente atacado na imprensa de modo racista. Muitas vezes, inclusive, por meio de piadas que insistiam em negar a





ele o status de homem letrado, associando o seu falar à “língua de preto”.E, mesmo assim, ele enfrentou a exclusão racial, fazendo denúncias nos espaços públicos ao seu alcance. E um dos aspectos mais perversos da história do racismo no nosso país é que as denúncias de práticas racistas e a própria fundação de associações por pessoas negras com o objetivo de combater a discriminação racial foram frequentemente depreciadas ou silenciadas por meios intelectuais e políticos brancos, que acusavam os militantes negros de racismo às avessas e de promover separações e ódios raciais – que para eles não existiam no Brasil. E nessa História Monteiro Lopes não estava sozinho. A historiografia atual nos mostra inúmeros outros sujeitos que politizaram a questão racial e impuseram a presença política da população negra na sociedade daquele momento. Assim, contar a história do Monteiro Lopes é uma forma de combater essa invisibilidade. Ressaltar a presença política da população negra nas lutas sociais e políticas da História do Brasil não significa afirmar que as ações, como as de Monteiro Lopes, resultaram em conquistas amplas de direitos ou transformações estruturais. Mas também não podemos desprezá-las por não terem sido vitoriosas no sentido macropolítico, da ocupação de grandes espaços formais de poder ou do fim do racismo. Entre seus valiosos ganhos, essas lutas trouxeram esperança e fortaleceram identidades; criaram redes de solidariedade e produziram experiências políticas e de protagonismo importantes, entre outras coisas, para História da cidadania e da democracia no Brasil.

8) Como a questão da língua apareceu nas histórias do racismo que você pesquisa? Afinal, no caso do deputado Monteiro Lopes, filho de africanos, estamos falando de um homem formalmente



letrado, formado em uma das mais prestigiosas faculdades do país e membro da Câmara dos Deputados no início do século 20.

No Pós-abolição brasileiro, era muito comum na imprensa, nos jornais e nas revistas ilustradas e de variedades, como *Careta*, *FonFon* e *O malho*, que homens negros letrados e com alguma projeção pública, como no caso de Monteiro Lopes (mas não só ele) fossem ridicularizados e humilhados com piadas diversas. Muitas delas associavam a ele (um filho de africanos libertos, nascido livre em 1867, formado na prestigiosa Faculdade de Direito do Recife eleito vereador e deputado na cidade do Rio na primeira década do século 20) o falar iletrado comum dos escravizados africanos no Brasil, geralmente denominado como “língua de preto”. Essa era uma das formas por meio da qual o racismo operava naquele contexto. Era um modo de afirmar que o domínio da língua portuguesa e da sua norma culta era algo que não pertencia a um filho de africanos, muito menos um que ousou ocupar um dos espaços mais preciosos para a elite branca republicana, oligárquica e, muitas vezes, ex-escravocrata: a Câmara federal dos Deputados. O curioso, é que no início da pesquisa eu achei entrevistas com Monteiro Lopes nessas revistas, falas, charges e notícias sobre ele seus eleitores em “língua de preto”. Era tão verossímil e recorrente que eu cheguei a duvidar um pouco que Monteiro Lopes fosse, de fato, um homem formalmente letrado. Mas, desconfiada, fui em busca de outras fontes (entrevistas reais, documentos judiciais, discursos, depoimentos de pessoas próximas a ele) para comparar e pude perceber, inclusive, que ele era considerado um ótimo orador e que esteve em vários eventos discursando e sendo bastante aplaudido. E que dominava plenamente os recursos formais da língua portuguesa. A língua,





portanto, era um marcador racial e foi utilizada para reforçar lugares de subalternidade para alguns negros letrados que conseguiram desafiar o racismo e ocupar espaços de poder.

